

4

APROPRIAÇÃO DO ESTRUTURALISMO EM LACAN

É muito difundida a ideia de que a denominada fase estruturalista de Lacan se inicia em 1957 com o artigo “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”. De fato, em nenhuma outra obra de Lacan a incidência da linguística estrutural em seu ensino é explicitada de forma mais clara do que neste texto, que, aliás, fora encomendado para integrar uma revista de ciências humanas. Contudo, a maioria das noções nela desenvolvidas com mais rigor já se apresentava na primeira fase de seu ensino. Mais curioso ainda é notar que, alguns poucos anos antes, Lacan, no “Seminário 3 – As psicoses” (1955-1956), havia extraído da clínica da psicose questões que indicam um modo específico de funcionamento da linguagem nas manifestações inconscientes. Portanto, antes de abordarmos seu texto considerado o mais estruturalista, gostaríamos de determos às questões clínicas que parecem ter conduzido Lacan a este tema. Em contraposição à aridez teórica que atravessa *Instância da letra*, veremos que, em sua abordagem das psicoses, Lacan é levado a recorrer a noções remetidas à instância discursiva, à atualização concreta do ato de fala, o que se faz necessário quando a clínica é o interesse principal.

Certamente, desde 1953, em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, a ênfase na dimensão da linguagem e nos seus aspectos estruturais já estava presente, justificada como um “retorno a Freud” – como uma tentativa de resgatar o mais primordial na obra freudiana. No entanto, em 1957, a incidência da linguística estrutural ganha mais relevo. O que pretendemos demarcar é que entre 1953 e 1957, Lacan, em 1955, dedica um ano de seu seminário ao estudo da psicose, onde a dimensão da linguagem ocupa um lugar central, tanto na hipótese causal de explicação da psicose quanto na análise de seus fenômenos elementares. Cremos que esta passagem de Lacan pela clínica da psicose não é sem consequências para as formulações apresentadas em *Instância da letra*.

A fim de examinar um pouco a atuação da linguagem na psicose, apresentaremos de forma breve e resumida as principais relações do sujeito com a linguagem, evidenciadas mais na psicose do que na neurose, pois, conforme Freud

indicara, a organização psíquica é como a de um cristal, quebra-se nos pontos frágeis já existentes da estrutura. A noção de foraclusão e alguns dos fenômenos elementares da psicose, como a alucinação verbal, serão apresentados. Em seguida, veremos as transformações que Lacan imprimiu no modelo estruturalista de linguagem para dar conta da experiência da psicanálise.

4.1

A Linguagem na Psicose

4.1.1

A Foraclusão

A noção de foraclusão enquanto hipótese causal remete à causalidade significante na psicose, demarcando que tanto na neurose quanto na psicose o sujeito se constitui em relação ao significante. Portanto, esta noção assinala a emergência da linguagem não no nível fenomenal da psicose, mas em sua razão de ser mesma (Soler, 2007).

Nas formulações de Lacan da época do “Seminário 3 – As psicoses” (1955-1956) e do texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957), o conceito de foraclusão é definido como um processo que resulta na ausência de um significante primordial, o significante Nome-do-Pai, que viria dar ao sujeito uma significação fálica através de uma metáfora dada quanto ao desejo da mãe.

Em outras palavras, para compreender esta operação, somos levados a supor um momento em que a criança estaria totalmente alienada ao desejo da mãe, identificada ao objeto de desejo da mãe, ao falo. Este momento seria seguido por um outro em que a mãe passa a ser percebida como portadora de um desejo referido a um terceiro, o pai. A criança é levada a se interrogar sobre o que ela precisa ser para atender ao desejo da mãe. Depois, em um último momento, segundo Homer (2005), a dialética de ser o falo é substituída por ter o falo. A criança percebe que o falo, o objeto que viria atender ao desejo da mãe, é apenas um significante.

É a intervenção de um significante chamado Nome-do-Pai - que confere um sentido ao desejo da mãe através da introdução do desejo de um terceiro, o pai, no mito de Édipo – que possibilita ao sujeito confrontar-se com a castração, ou seja, compreender que o falo, significante do desejo da mãe, não é alguma coisa que ele ou o pai poderiam ser, mas, antes, é um significante que alguns têm e podem perdê-lo e outros não têm e podem um dia ter. Somente por meio da crença de que existe um terceiro que tem o falo e pode atender ao desejo da mãe, é possível ao sujeito ganhar alguma significação – denominada significação fálica. Significação fálica enquanto confronto com o fato de que o falo é um significante, algo que pode vir a faltar.

Esse significante especial, que produz a significação fálica, realiza, portanto, a operação de metáfora, denominada de metáfora paterna, assim formulada por Lacan:

$$\frac{\text{Nome-do-pai}}{\text{Desejo da mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da mãe}}{\text{Significado do sujeito}} \rightarrow \text{Nome-do-pai} \left(\frac{\text{A}}{\text{Falo}} \right)$$

Em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957), resumindo as principais teses desenvolvidas no *Seminário 3* (1955-56) sobre as psicoses, Lacan elabora o conceito de forclusão do significante Nome-do-Pai a partir da *Verwerfung*, rejeição, de que Freud fala como uma operação que caracteriza a psicose e fundamenta a alucinação do Homem dos Lobos.

Neste texto, Lacan busca encontrar nos textos freudianos um termo que exprima uma função do inconsciente distinta do recalcado, a fim de dar conta do fenômeno da psicose - ou seja, que se refira não a uma presença do significante no Outro, vedada ao sujeito, em estado recalcado (*verdrängt*), que insiste em se representar no significado através do automatismo da repetição. Para ele, esse termo é *Verwerfung* e se articula com a ausência da simbolização primordial, a *Bejahung*.

Ainda neste texto, Lacan esclarece que a *Bejahung* é postulada por Freud (1925) como precedente necessário da negação, *Verneinung*, operação que busca negar um significante que acaba por se confessar na experiência analítica, como

no exemplo de Freud: “O senhor está pensando que é minha mãe, mas não é minha mãe”.

Quinet (2006) destaca que o termo *Verwerfung*, forclusão, já havia sido evocado por Lacan antes mesmo dos trabalhos sobre a psicose, em “Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a *Verneinung*” (1954). Neste texto, evidencia-se que o mecanismo da psicose, a forclusão, designa uma negação ainda mais radical que a *Verneinung*, pois enquanto esta nega, mas ao mesmo tempo afirma a *Bejahung*, afirmação primordial, a *Verwerfung*, ao contrário, negaria a própria afirmação primordial, se opondo a ela.

Assim, se a *Verwerfung* não se refere nem ao recalcado, nem à negação, uma vez que sua condição, a *Bejahung*, estaria ausente, o que se passa neste fenômeno?

A este problema se acresce outro, pois, conforme assinala Rudge (1998), o processo que se opõe à simbolização primordial (*Bejahung*) no texto freudiano não seria *Verwerfung*, mas *Ausstossung*, expulsão fundamental que inaugura a constituição do sujeito. É a expulsão de um significante do espaço simbólico para o real que permite a própria constituição do real. Em um primeiro momento, há uma expulsão, pela qual se constitui o real como o que não está abrangido pela *Bejahung*. Em seguida, através da negação, *Verneinung*, o real é reencontrado através do juízo de existência, que instaura a distinção entre discurso e real. Essa é a operação de *Ausstossung*. O que ocorreria na psicose seria a expulsão de um significante sem a fundação do real, pois a *Verneinung* não operaria, deixando o sujeito entregue à linguagem sem distingui-la do real. Portanto, a forclusão da psicose não equivale à expulsão primordial.

Assim, a ausência da simbolização primordial não designa nem a expulsão primordial, nem permite o advento do recalque ou da negação. E parece ser devida a uma falha na introdução do juízo de existência, da *Verneinung*.

Sem adentrar muito nesta distinção freudiana, Lacan introduz, então, sua elaboração da forclusão, que foi inspirada na *Verwerfung* freudiana, mas que a ultrapassa. Lacan parte da noção de um significante chamado Nome-do-Pai, que possibilitaria ao sujeito inscrever-se em uma significação fálica, ou seja, adquirir uma significação que lhe permitisse se situar na divisão entre os sexos, ou ainda, se posicionar diante da castração por meio da saída do complexo de Édipo. Em suas palavras:

A *Verwerfung* será tida por nós, portanto, como *forclusão* do significante. No ponto em que, veremos de que maneira, é chamado o Nome-do-Pai, pois pode responder no Outro um puro e simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica (Lacan, 1957a, p.564).

Este significante que por sua ausência impede a operação de metáfora funciona como um S1 que viria dar sentido a um x em relação a um S2, que nesta situação seria o desejo da mãe, enquanto esse x , após a operação da metáfora paterna, torna-se a significação fálica. A operação de metáfora se efetua pela substituição na cadeia significante de um significante que é elidido por outro significante. Essa fórmula geral da metáfora se aplica à metáfora paterna: “Isso se aplica, assim, à metáfora do Nome-do-Pai, ou seja, à metáfora que coloca esse Nome em substituição ao lugar primeiramente simbolizado pela operação de ausência da mãe” (Lacan, 1957a, p.563).

Deste modo, podemos entender a introdução da metáfora paterna como a própria instauração do complexo de Édipo com a castração que lhe é inerente, inaugurando a ordem simbólica. É o que Lacan, no *Seminário 3* esclarece:

O complexo de Édipo quer dizer que a relação imaginária, conflituosa, incestuosa nela mesma, está destinada ao conflito e à ruína. Para que o ser humano possa estabelecer a relação mais natural, aquela do macho com a fêmea, é preciso que intervenha um terceiro, que seja a imagem de alguma coisa de bem sucedido, o modelo de uma harmonia. Não é demais dizer – é preciso aí uma lei, uma cadeia, uma ordem simbólica, a intervenção da ordem da palavra, isto é, do pai. Não o pai natural, mas do que se chama o pai. A ordem que impede a colisão e o rebentar da situação no conjunto está fundada na existência desse nome do pai. (Lacan, 1955-1956, p.114)

O resultado dessa operação simbólica é a significação fálica, o que justamente falta na psicose em virtude da ausência da metáfora paterna. Uma vez que na psicose uma parte da simbolização primitiva (*Bejahung*) não se efetua, sendo rejeitado no real algo de primordial quanto ao ser do sujeito, este permanece preso, ora à perda de sentido, ora à univocidade do sentido. A polissemia de sentido e a equivocidade da cadeia significante, enquanto destinos possíveis da *Bejahung*, não se manifestam na psicose. A *Verdichtung*, ou seja, a lei do mal-entendido - o que permite que ao participar da fala o sujeito possa

assumir diversas posições e receber variados sentidos – não é um destino possível para o que sofreu uma rejeição (*Verwerfung*).

Em lugar da significação fálica o que surge no fenômeno psicótico:

É a emergência na realidade de uma significação enorme que não se parece com nada – e isso, na medida em que não se pode ligá-la a nada, já que ela jamais entrou no sistema da simbolização – mas que pode, em certas condições, ameaçar todo o edifício (Lacan, 1955-1956, p.102).

Esta significação que, segundo Lacan, não vem de parte alguma, nem remete a nada – ou seja, não entra na cadeia significante ou na dialética simbólica, funcionando como um puro signo cujo sentido independeria da articulação com os outros signos – porta, no entanto, uma significação essencial para o sujeito.

Então Lacan se pergunta sobre o que se passa com o sujeito no momento em que o que não é simbolizado reaparece no real, e observa que o sujeito responde pela via imaginária:

(...) acontece apenas que, quando, em condições especiais que deverão ser precisadas, alguma coisa aparece no mundo exterior que não foi primitivamente simbolizada, o sujeito se vê absolutamente desarmado, (...). O que se produz então tem o caráter de ser absolutamente excluído do compromisso simbolizante da neurose, e se traduz em outro registro, por uma verdadeira reação em cadeia ao nível imaginário, (...). (Lacan, 1955-1956, p.104)

Lacan prossegue esclarecendo que, como o sujeito não pode estabelecer um pacto com o outro e fazer uma mediação simbólica entre ele e o que é o novo, ele utiliza um modo de mediação completamente diferente. A mediação simbólica é substituída por uma proliferação imaginária, que, ainda assim, é uma mediação possível, embora deformada. O próprio significante sofre profundos remanejamentos, mas Lacan, no entanto, assinala a insistência significante no mundo imaginário.

Em consequência dessa resposta no plano imaginário, a relação do sujeito com o mundo passa a ser em espelho, como se pode ver no delírio de Schreber, onde ele e Deus formam um duplo, oferecendo sua imagem invertida. Para Lacan, importa notar que esta tentativa de integrar o que surge no real pela via imaginária através do delírio é, sobretudo, uma exigência de ordem simbólica. O delírio seria resultado dessa exigência simbólica que demanda a integração de alguma coisa do

sujeito que ele mesmo nunca simbolizou, que nunca foi colocada no movimento dialético da história de vida do sujeito, e que, por ser impossível de ser atendida, acarreta uma desagregação em cadeia. Contudo, a despeito deste caráter decomposto do imaginário, Lacan salienta que: “Um delírio não é forçosamente sem relação com um discurso normal, e o sujeito é bem capaz de nos participar, e de satisfazer com isso, no interior de um mundo em que toda comunicação não foi rompida” (Lacan, 1955-1956, p.105).

O delírio geralmente é considerado uma tentativa de cura e, de fato, Lacan não ignora que o sujeito sente-se muito mais calmo no momento de estabilização do delírio do que no de sua eclosão. Deixa em aberto a questão: “Seria uma cura, ou não?” (Lacan, 1955-1956, p.103). Esclarece que é uma questão que só pode ser posta de modo abusivo, já que somente de modo abusivo se pode falar em “cura”.

Segundo Soler (2007), Schreber teria construído através de seu delírio uma metáfora delirante (“ser a mulher de Deus”) em resposta à significação fálica que lhe faltou no momento em que teria que responder a uma interpelação simbólica (ser nomeado Presidente do Tribunal). Ao mesmo tempo, “ser a mulher de Deus e dar origem a uma nova humanidade” dava sentido à sua intuição delirante desencadeadora do delírio, a saber, a ideia que lhe acometeu certo dia ao acordar de que “seria belo ser uma mulher durante o coito”.

A construção de uma metáfora delirante como uma tentativa de cura que produz alguma estabilização para o sujeito psicótico permite que se pressuponha uma falha na simbolização como hipótese causal da etiologia da psicose. Portanto, tanto o mecanismo que produz a psicose quanto suas manifestações e tentativas de cura se situam seguramente no âmbito da linguagem. No entanto, uma vez que a incidência da linguagem no sujeito psicótico se efetua de maneira bem particular, uma das consequências da forclusão é que, devido à falta desse significante primordial, o registro real emerge em sua dimensão mais radical, dando origem às mais variadas anomalias da linguagem.

4.1.2

A Alucinação Verbal

Em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957), Lacan inicia seu percurso “Rumo a Freud”, oferecendo uma definição da

alucinação através de propriedades intrínsecas à linguagem, a fim de contrapor-se à tese clássica segundo a qual a alucinação seria uma percepção sem objeto.

Esta definição tradicional defendida seja pela psiquiatria da época, seja por aquilo que ele denomina de psicologia metafísica, sustenta-se na crença metafísica de que as palavras correspondem às coisas, o que em psicologia redundaria na crença de que nossa percepção é uma operação que unifica os dados sensoriais formando o percebido. O sujeito seria o agente dessa operação de percepção, denominado *percepiens*. Ele realizaria a síntese psíquica dos dados sensoriais (*sensorium*), formando o objeto percebido (*perceptum*) em conformidade com o objeto que se apresenta na realidade. A alucinação seria, portanto, produto de um erro perceptivo, pois o objeto percebido não corresponderia à realidade.

Lacan denuncia que essa função de síntese psíquica compõe uma das funções imaginárias do “eu”. O próprio eu é uma unidade imaginária que se pensa como unificante dos dados da realidade, que pressupõe ser o agente da percepção, aquele que efetua a síntese psíquica. Uma vez que a função de síntese psíquica atrela-se ao domínio imaginário, Lacan não se interroga acerca de um possível distúrbio de uma função que é apenas imaginária. A alucinação não deve ser avaliada em termos de verdade enquanto adequação do percepto à realidade, mas passa a ser pensada, por Lacan, a partir da dimensão da fala.

Segundo Lacan:

(...) em nome do fato manifesto de que uma alucinação é um *perceptum* sem objeto, essas posições contentam-se em pedir ao *percepiens* justificativa desse *perceptum*, sem que ninguém se dê conta de que, nesse pedido, um tempo é saltado: o de interrogar se o *perceptum* em si deixa um sentido unívoco no *percepiens* aqui requisitado a explicá-lo. (Lacan, 1957a, p.538)

A ausência de univocidade do percepto revela-se no paradoxo que se apresenta quando o sujeito ouve alguém falar ou mesmo quando se ouve falando, indicando que ele é muito mais paciente dessa percepção singular do que agente da percepção.

Lacan esclarece que, ao ouvir o outro falar, o sujeito é passível de sucumbir à sugestão do outro – a não ser que tome a fala do outro como porta-voz de um discurso que não é dele. Este paradoxo também aparece na relação do sujeito com

sua própria fala, pois como não se pode falar sem se ouvir e não se pode ouvir-se sem se dividir, também quando ele fala, ele se divide.

Não se trata mais de indagar se o objeto percebido corresponde aos dados sensoriais, ao objeto na realidade, mas antes de se perguntar sobre a posição que o sujeito assume diante do percebido, diante daquilo que ele ouve.

Portanto, ao considerar que a dimensão da fala inaugura um tipo de síntese subjetiva, que de modo algum equivale a uma síntese da qual o sujeito seria o agente, formando um percebido correspondente aos dados sensoriais, a alucinação passa a ser concebida de outra maneira: a partir das propriedades da cadeia significante que constituem o percebido (a fala escutada).

Por meio desta ideia, Lacan (1957a, pp.539-540), extrai os três principais aspectos da alucinação:

1º - a cadeia significante se impõe por si ao sujeito em sua dimensão de voz;

2º - a cadeia significante assume como tal uma realidade proporcional ao tempo que sua atribuição subjetiva comporta; ou seja, a cadeia significante somente produz alguma significação ao identificar seu agente. É preciso saber quem está falando a frase para saber o que está sendo falado.

3º - a estrutura da cadeia significante, por ser significante, é determinante nessa atribuição subjetiva, que é distributiva – com diversas vozes. Uma vez que é distributiva a atribuição subjetiva da cadeia significante, esta pode receber vários agentes. A atribuição subjetiva da cadeia é rotativa, o que quer dizer que o agente da cadeia pode ser ora aquele que fala (eu), ora aquele que ouve (tu), ora aquele de quem se fala (ele). Então, o caráter distributivo da atribuição subjetiva da cadeia significante torna a ideia do *percepiens* pretensamente unificante um equívoco. É a cadeia significante que designa seu agente, posição que pode ou não ser ocupada pelo sujeito.

Lacan ilustra a ação desse caráter distributivo da atribuição subjetiva da cadeia significante na alucinação por meio do exemplo célebre da alucinação verbal “Porca”, apresentada primeiramente no *Seminário 3*. Ele descobre no relato da paciente que, antes de ter ouvido o insulto “porca”, ela havia pensado “estou vindo do salsicheiro”. Assim, ele reconstrói a cadeia significante completa de onde adveio a injúria: a frase pensada e não assumida pela paciente: “Porca, eu venho do salsicheiro”. “Porca” então é a palavra arrancada da cadeia significante e atribuída ao outro, ao vizinho, na distribuição de designação subjetiva.

Em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957a), Lacan indaga a quem alude esta frase. Conclui que o “Eu” como sujeito

da frase em estilo direto deixara em suspenso, em conformidade com sua chamada função de *shifter* na linguística, a designação do sujeito falante (Lacan, 1957a, p.541). Conforme vimos no capítulo primeiro, a noção de *shifter* designa a função que alguns pronomes e advérbios desempenham em uma frase, indicando a referência no contexto discursivo. Para Jakobson (1963), o *shifter* se insere nas relações do código sobre a mensagem. O *shifter* “eu” compõe uma classe de palavras cujo sentido somente pode ser apreendido em recorrência ao ato de enunciação, podendo designar diversas pessoas, uma vez que em cada situação concreta de fala pode ser ocupado por diferentes pessoas. Assim, Lacan (1957a) situa a alucinação nos fenômenos de mensagem.

No caso da alucinação verbal, o sujeito se recusa a ocupar a agência da fala, o lugar indicado pelo *shifter* Eu, por isso atribui a enunciação de “porca” a outra pessoa, ao vizinho. Consequentemente, Lacan arremata: “É assim que o discurso vem a realizar sua intenção de rejeição na alucinação” (Lacan, 1957a, p.541).

É neste sentido que a noção de “distribuição de atribuição subjetiva” da cadeia significante ocupa um lugar relevante na conceituação da alucinação verbal. Essa noção consiste na propriedade que a cadeia significante possui de designar um lugar para o sujeito. Como a atribuição subjetiva dada pela cadeia não é de forma alguma unívoca, mas distributiva, a cadeia significante pode designar vários lugares subjetivos, e o sujeito se posiciona em relação a eles.

Na alucinação verbal, algo ocorre que o sujeito não assume um significante da cadeia e o atribui ao outro, não se colocando como agente da enunciação. Lacan (1955-1956) esclarece que essa quebra da cadeia significante, que retira dela uma palavra, dá-se devido à carga libidinal da palavra “porca”, que possui um valor especial na história da paciente. Na história relatada da paciente, que tinha sido casada com um salsicheiro cuja família era também desse ramo, aparecia a fantasia, relacionada ao corpo fragmentado da psicose, de ser cortada em rodelinhas. O significante “porca” era, portanto, investido libidinalmente. Por isso, esse significante aparece como insuportável de ser admitido pela paciente como pertencente à frase completa pensada por ela; o que culminou na colocação em ação desse processo de defesa específico da psicose. Nenhum significante especial poderia vir a dar conta desse significante carregado de libido; ela, então, o exclui da cadeia significante, e o atribui ao outro. Na psicose, a atribuição

subjativa da cadeia é distribuída de modo que o sujeito não se coloque como o agente da fala do significante conflituoso.

A consideração dessa propriedade da cadeia significante em designar uma posição para o sujeito apela a uma linguística que não pode deixar de levar em conta o fato de que “todo discurso comporta fundamentalmente menções, que todo discurso é, neste sentido, indireto, que não existe discurso sem que, na própria enunciação, o sujeito não esteja recuado, e não se organize, não tome posição em relação àquilo que diz” (Miller, 1989, p.33). A distinção entre enunciado e enunciação é disso testemunha. Há sempre o enunciado - o que é dito -, e a enunciação - a posição subjetiva que o sujeito ocupa em relação ao que diz.

Assim, a noção de distribuição de atribuição subjetiva, que permite que o lugar de agente da fala possa ser designado de diversas formas, dá lugar para a posição do sujeito no ato de fala. Na alucinação verbal, a posição subjetiva do falante diante da cadeia significante consistiu em não se assumir como agente da fala, uma vez que certos significantes foram atribuídos a um outro.

Evidencia-se que o sujeito, embora não seja o agente da percepção, não se confundindo com o *percipiens*, ainda assim se posiciona diante do *perceptum*. Seu posicionamento é indicado pela propriedade da cadeia significante em realizar a atribuição subjetiva através dos designadores, ou seja, dos *shifters*. Contudo, como na psicose a inserção do sujeito na cadeia significante é problemática pela ausência do significante primordial, ocorre que o sujeito não se coloca na posição atribuída pela cadeia. Na alucinação, ele se posiciona de modo a não se colocar como agente de certos significantes que compõem aquilo mesmo que ele pensou, que ele ouviu dele mesmo.

Contudo, há de se ressaltar que definir a alucinação por meio de uma propriedade intrínseca à cadeia significante não implica uma conceituação inteiramente desvinculada da realidade – como se poderia ingenuamente depreender da crítica de Lacan à definição clássica de alucinação – nem tampouco reduz o fenômeno a uma manifestação estritamente linguística - pois se há uma propriedade da cadeia que permite ao sujeito se identificar ao *shifter* “eu”, há também espaço para a decisão do sujeito em ocupar ou não esse lugar, ainda que seja ao preço de não se adequar à instância discursiva, à situação concreta do ato de fala.

Ao se posicionar diante da cadeia significante ouvida de si mesmo, o sujeito somente atribui o significante rejeitado a um outro ao se remeter à situação concreta de fala, que comporta uma referência. Por isso, nos fenômenos psicóticos a referência opera de modo anômalo, pois atos, sintomas e manifestações do sujeito não são isolados da realidade discursiva, ou seja, do contexto do ato de fala.

4.1.3

Alguns Fenômenos da Psicose

As frases interrompidas são fenômenos recorrentes nas psicoses. Aos significantes que emergem nessas frases não se concede significação alguma, o que, paradoxalmente, faz com que o sujeito tenha certeza de que significam algo. A lógica contra-intuitiva que se apresenta é a seguinte: quanto menos isso significa, mais significa.

Há nessas experiências uma antecipação da significação, uma certeza de que “isso significa” sem que a significação tenha ocorrido, uma vez que a mera propriedade significante é suficiente para evocar a intenção de significação. Mas, então, se esta é uma característica geral da ordem significante, por que seria essa uma experiência própria da psicose?

Em “O inconsciente a céu aberto da psicose” (2007), Colette Soler aborda a experiência enigmática que o sujeito psicótico experimenta diante de significantes que o levam a pressupor uma significação da significação, que não designa nada mais que uma significação indeterminada.

Segundo Soler (2007), isso ocorre na psicose porque a ausência do significante que possibilita a metáfora paterna não permite o bastear da significação, o que ocasiona o vazio da significação. Devido à propriedade significante de evocar a significação, ocorre este curioso fenômeno, que evidencia que o vazio de significação é diretamente proporcional à certeza de significação.

Este fenômeno, para Lacan (1957a), se situa no nível das relações do código com ele mesmo. Conforme vimos no capítulo primeiro desta tese, Jakobson estabelece uma distinção análoga à distinção saussuriana entre língua e fala: a distinção entre o código e a mensagem. A mensagem e o código que lhe é

subjacente são os suportes da comunicação discursiva. Enquanto a mensagem diz respeito àquilo que é dito, o código consiste no conjunto de signos e regras que constituem a linguagem. As relações entre código e mensagem são de quatro tipos: código sobre o código, mensagem sobre a mensagem, código sobre a mensagem e mensagem sobre o código.

É no plano do remetimento do código ao próprio código que Lacan (1957a) situa este fenômeno de antecipação da significação. Outro caso é a “língua fundamental” de Schreber, assim como os nomes próprios o são para Jakobson, bem como os neologismos. Nesses casos, a palavra não possui uma significação comum compartilhada e convencionada pelo código geral da língua, pois ela mesma funciona como um código. Na língua fundamental de Schreber, as palavras são definidas pelas relações que elas mesmas enunciam, não pela relação com outras palavras. Os raios divinos do qual emanam as vozes que falam com Schreber são entificações das palavras que os sustentam, ou seja, das próprias vozes: o que as vozes formulam como “Não se esqueça de que a natureza dos raios é que eles devem falar” (Lacan, 1957a, p.544). E quanto mais as vozes enunciam palavras vazias, mais se supõe que estas palavras possuem importante significação na língua fundamental. Nas palavras de Lacan:

O curioso nesse caso é que, à medida mesma em que, para o sujeito, essa alta tensão do significante decresce, isto é, que as alucinações reduzem-se a ritornelos, a cantilenas cujo vazio é imputado a seres sem inteligência nem personalidade, até mesmo francamente apagados do registro do ser, é nessa mesma medida, dizemos, que as vozes se referem à *Seelenauffassung*, à concepção-das-almas (segundo a língua fundamental). (Lacan, 1957a, p.545)

Se na neurose, no lugar desse vazio, viriam significantes, cujo deslizar infinito poderia ser detido pela intervenção de um significante especial que operaria um ponto de basta; na psicose, no lugar desse vazio vem a certeza enigmática, irreduzível à equivocidade da cadeia significante.

Soler (2007) assim resume esta experiência:

A definição do fenômeno é clara: conversão de uma negatividade em positividade, que instaura graus no acesso à significação e implica uma temporalidade: ali onde, a princípio, no tempo um e no primeiro grau – ali onde, repito, no primeiro grau, ficava a falta, o vazio de significação, ou seja, simplesmente a impossibilidade de responder à pergunta “que significa isso?”, ali surge o que não é vazio, porém

certeza, certeza de que isso tem significação, inerente ao significante (Soler, 2007, p.101)

A incidência da dimensão significante nesta experiência enigmática viria, nesta perspectiva, demonstrar seu pertencimento ao nível do código, ainda que de forma isolada, de certa forma “alheia” à dimensão da mensagem, do “fecho da significação”. Isso porque é o ponto de basta, ausente na psicose, que permite a passagem do plano do código para o plano da mensagem, na medida em que a operação efetuada pelo ponto de basta situa o sujeito no campo simbólico (lhe dá uma significação fálica, inserindo-o no desejo do Outro). Uma vez que o plano da mensagem implica a situação discursiva na qual o sujeito se implica em um ato de fala, se este sujeito não estiver simbolicamente inserido, sofrerá muitas dificuldades em remeter-se ao plano da mensagem. Por isso, a autonomia significante se revela em vários fenômenos da psicose, nos esclarecendo acerca do caráter provisório do sentido ou da significação.

Duas experiências são apontadas por Lacan para ilustrar esta antecipação que se dá no nível do código: os neologismos da língua fundamental de Schreber e as mensagens interrompidas, ouvidas por Schreber de forma incompleta, a que ele se dedicava a completar – ambas adviriam de uma ruptura na significação. Estas duas modalidades são duas faces do vazio da significação e diferenciam-se do xingamento alucinado, como o “porca” em que o paranóico ouve ressoar a significação de seu ser. Soler (2007) adverte que o que se passa é algo bem diferente:

Ao contrário, elidem a “resposta do percepto”, mas não têm menos valor para o significante no real, ou seja, o significante sozinho, fora da cadeia, privado do S2 que geraria a significação. Longe de o significante ficar empobrecido por essa elisão, ele sai ganhando, ao contrário, por ser lastrear na certeza, no “assentimento” que “todo significante, uma vez percebido”, suscita no *percipiens* (...) (Soler, 2007, p.103).

Seria a intuição delirante que Schreber sofreu momentos antes do desencadeamento de seu surto, ao acordar pensando que seria belo ser uma mulher durante o coito, uma experiência enigmática desse tipo? Em caso afirmativo, a estabilização promovida pelo delírio, enquanto tentativa de cura, seria uma tentativa de fugir dessa certeza de significação, vazia de significação, fazendo uso de um significante que opere um ponto de basta. A metáfora delirante ocuparia justamente essa função, como uma resposta à experiência enigmática de significação.

Em suma, a experiência dessa significação enigmática na psicose expressa uma exigência da cadeia significante, a significação, mas somente enquanto referida a uma situação bem particular: quando um dos significantes da cadeia se rompe e é projetado no real. As frases interrompidas seriam significantes assim isolados que apareceriam no real, mas que ao invés de encerrarem algum significado, como no caso das injúrias alucinadas, lançam o sujeito nesta certeza de significação dada por uma antecipação da significação. São, deste modo, experiências próprias à psicose:

De qualquer modo, convém ressaltar que a forclusão, como falta do significante que permite o bastear da significação, condiciona o aparecimento do significante no real, não reduz – longe disso – a instância da significação. Ao contrário, ela a liberta, vez por outra deixando surgir seu “vislumbre” até “na própria superfície do real” (Soler, 2007, p.104).

Se a hipótese causal das manifestações sintomáticas da psicose resulta do modo particular pelo qual a estrutura significante incide no sujeito, vemos que as instâncias discursivas, como na alucinação verbal, têm que ser levadas em conta e que comportam algumas “anomalias” que se localizam na relação que o sujeito entretém com a referência, e com a relação que estabelece com os outros sujeitos em uma situação discursiva.

Se Lacan (1957a) sustenta sua definição de alucinação verbal em propriedades intrínsecas à cadeia significante, a fim de contrapor-se à tese realista segundo a qual a alucinação consiste em uma inadequação do objeto percebido ao objeto na realidade, vemos que nem por isso as manifestações da psicose deixam de se revelarem nas relações particulares que o sujeito trava com os outros. Embora a realidade seja chamada à título de realidade discursiva, em virtude da necessidade de apontar a função fundamental que o *shifter* desempenha na alucinação verbal, a questão da referência é colocada. Certamente, não se trata de uma referência absoluta, inteiramente apreensível na realidade, como pensava o positivismo lógico. Como vimos no capítulo primeiro, o positivismo lógico, por conceber a referência como um dado que poderia ser verificado na realidade, excluía as proposições que continham os dêiticos, ou seja, aquela classe de palavras que remete à instância de discurso, à situação concreta do ato de fala. São essas palavras designadores, ou *shifters*, tais como “eu”, “aqui”, “agora”. Como

assinalam Martins, Costa & Mourão (1997), com a introdução dessas noções, a referência deixa de ser pensada apenas como absoluta, passando a ser também relativa, pois pode depender exclusivamente de seu uso em um contexto restrito. De acordo com o contexto, essas palavras irão se referir a diferentes objetos. De acordo com os autores, a teoria de Jakobson sobre a circularidade dos polos do código e da mensagem, apresentada também no capítulo inicial de nosso trabalho, dissolve a dicotomia referência absoluta/referência relativa, por reuni-las no modo de funcionamento da linguagem.

É interessante notar que, embora Lacan defina a psicose pela estrutura da linguagem, nem por isso negligencia o âmbito do discurso, da situação particular do ato de fala. Em verdade, não poderia ser de outro modo. A noção de que a psicose resulta da ausência de um significante primordial, que poderia através de uma metáfora dar uma significação ao sujeito, é inseparável da ideia de que esse modo de constituição do sujeito pela linguagem se reflete na relação concreta que ele mantém com seus semelhantes. Prova disso é que, na psicose, a ausência desse significante especial levará o sujeito a se relacionar com os outros de forma inteiramente diferente da neurose:

Que significante foi portanto chamado, cuja falta produziu um tal transtorno num homem que até ali estava perfeitamente conformado ao aparelho da linguagem, na medida em que estabelece a relação corrente com seus semelhantes? A ausência de que significante pode explicar que a repetição da fala se torne para ele o modo de relação eletivo com um outro, que a alteridade seja reduzida ao registro único da alteridade absoluta, quebrando, dissipando a alteridade de todos os seres de seu meio (Lacan, 1955-56, p.319, grifo meu)

Na paranóia, por exemplo, a alteridade fica comprometida, o que se reflete na dificuldade que o sujeito encontra em se colocar em relação aos *shifters* pronominais. A identificação ao *shifter* “eu” não se estabelece de forma sólida, e também a identificação do *shifter* “tu” ao interlocutor a quem se refere torna-se vaga. A instância “tu” é então substituída por “eles”. A indeterminação assinala aí a alteridade absoluta em que o sujeito se encontra, visto que não pode mais referir-se a um interlocutor, a um “tu”. Em lugar de uma alteridade que viria assegurar ao sujeito sua inserção em um vínculo social, surge uma alteridade impessoal, totalmente estranha a ele e que o persegue. Martins & Costa (2003)

demonstram em um artigo intitulado “Quem são eles” como os *shifters* operam de modo anômalo na paranóia, através da análise de “O processo” de Kafka.

O processo de referência fica comprometido na psicose, o que se articula à utilização peculiar dos *shifters* - pronomes pessoais, mas também pronomes demonstrativos e advérbios de tempo e lugar. Martins, Costa & Mourão (1997) destacam que os trabalhos de Jakobson sobre a circularidade do código e da mensagem, que inserem a questão da referência no âmbito linguístico, permitem a abordagem dos distúrbios de referência presentes na esquizofrenia, a partir da noção de anáfora. As anáforas são recursos da linguagem que possibilitam a referência a um outro segmento do mesmo discurso. Por exemplo: “Pedro foi à feira, mas ele não trouxe a maçã”. Os *shifters* se prestam a serem utilizados na anáfora, referindo-se a elementos anteriores. Podem ainda referir-se a elementos posteriores, como em uma catáfora: “A verdade é esta: Pedro não trouxe a maçã”. Os autores demonstram que essa função se apresenta de modo anômalo do discurso do esquizofrênico, culminando no que se denominou, por muitos anos, como desagregação do pensamento. Trata-se, na verdade, de um prejuízo no uso dos *shifters*, tornando a referência discursiva comprometida, pois apesar de utilizarem as anáforas, não deixam claro a que se referem, assim como as conjunções e pronomes relativos não evidenciam relações de causalidade, sucessão temporal e espacial, oposição, inclusão e exclusão.

A consideração das alterações do uso da linguagem e, conseqüentemente, da relação que o sujeito mantém com os outros em um ato de fala, é muito importante de ser notada, pois revela que, ao abordar a constituição do sujeito pela estrutura da linguagem, Lacan não deixou de apontar seus efeitos no âmbito do discurso. Veremos que essa ressalva merece ser notada porque nos anos seguintes de seu ensino, Lacan, ao procurar descrever a concepção estrutural de inconsciente, parece muitas vezes reduzir o âmbito do discurso à instância simbólica que caracteriza a sociedade humana, tal como Lévi-Strauss formalizou. Observaremos que Lacan fez isso em *Instância da Letra*, como se tivesse esquecido seu ponto de partida.

4.3

A Instância da letra

Nas primeiras linhas de “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (1957), Lacan esclarece que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente a estrutura da linguagem, demarcando que o inconsciente não é apenas a sede dos instintos.

A fim de salvaguardar a instância psíquica do inconsciente de considerações obscurantistas, Lacan a caracteriza como instância da letra, definindo a letra como “suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem” (Lacan, 1957b, p.498, grifo meu). Portanto, de saída, vemos que a noção de inconsciente abarca tanto o discurso concreto quanto a dimensão estrutural. E de que maneira essa oposição se articula nesta fase, denominada estruturalista, do ensino de Lacan?

A definição de letra como suporte material evoca por si só a noção saussuriana de significante, aspecto material do signo, conforme vimos no capítulo primeiro deste trabalho. Contudo, se Lacan recorre a Saussure é somente para aproximar-se do uso que os estruturalistas dele fizeram. Por isso, afirma, logo no início do texto aqui examinado, que devemos nos fiar nas premissas confirmadas das ciências humanas que elegeram a linguística estrutural como ciência piloto, por esta ter alçado seu objeto ao status científico. A crença na linguística estrutural como método que possibilita às ciências humanas tornarem-se mais rigorosas é manifesta, chegando mesmo a sugerir que as ciências do homem são ciências da linguagem:

De nossa parte, vamos fiar-nos apenas nas premissas que viram seu valor confirmado pelo fato de a linguagem ter efetivamente conquistado, na experiência, seu status de objeto científico. Pois é por esse fato que a linguística se apresenta numa posição-piloto nesse campo em torno do qual uma reclassificação das ciências assinala, como é de costume, uma revolução do conhecimento: e somente as necessidades da comunicação fazem com que o inscrevamos no frontispício deste volume sob o título de “ciências do homem”, malgrado a confusão que aí pode encontrar meios de se acobertar. (Lacan, 1957b, p.499)

O frontispício a que Lacan faz referência é o do volume 3 de *Psychanalyse et sciences de l’homme* para o qual escreveu o presente texto, o que indica a natureza da comunicação feita: demarcar a incidência da linguística estrutural em psicanálise, em conformidade com o movimento que as ciências humanas

empreendiam. A reserva quanto ao termo “ciências do homem” diz respeito aos equívocos a que o qualificativo “homem” pode dar origem, por ter sido, durante muito tempo, relacionado à subjetividade contra a qual se insurge o estruturalismo em prol da redução dos fenômenos humanos a fenômenos de linguagem. A advertência de Lacan parece ser da mesma ordem do receio em pensar o inconsciente como sede dos instintos, ao invés de instância da letra.

Sabemos que Lacan adere ao estruturalismo através das obras de Lévi-Strauss, que, por sua vez, se inspira em Jakobson. Portanto, o recurso a Saussure na definição de letra já traz a marca das inovações operadas pelo estruturalismo. Por isso, se a noção de letra remete ao significante saussuriano, é preciso lembrar, por outro lado, as transformações que o estruturalismo imprimiu em algumas noções do *Curso de Linguística Geral*. Uma delas refere-se à união indissolúvel do significado/significante, que, apesar de serem unidos arbitrariamente, são inseparáveis. A indivisibilidade do signo parece ser colocada em questão por Lévi-Strauss, ao assinalar que existem mais significantes do que significados, e que há sempre uma inadequação entre eles:

(...) o homem dispõe, desde a sua origem, de uma integralidade de significante, a que lhe é muito difícil vincular um significado, dado como tal sem ser no entanto conhecido. Há sempre uma inadequação entre os dois, reabsorvível só para o entendimento divino, e que resulta na existência de uma superabundância de significantes em relação aos significados que se lhe podem agregar (Lévi-Strauss, 1967, p.187).

Lacan, por sua vez, leva às últimas consequências a inadequação entre o significante e o significado, a ponto de afirmar que o significante não tem a função de representar o significado e se sobrepõe a ele. Embora Saussure formule em um esquema o significado sobre o significante (s/S), Lacan afirma que o significante ocupa uma posição primordial em relação ao significado e que, apesar de não estar estritamente escrito no *Curso de Linguística Geral*, o “algoritmo saussuriano” que funda a linguística moderna seria: S/s.

Lacan extrai a primazia do significante sobre o significado da tese da não correspondência biunívoca da palavra com a coisa, defendida por Saussure. A tese principal que abre o *Curso de Linguística Geral* critica a teoria da correspondência, pois Saussure demonstra, com a noção de sistema da língua, que não apreendemos o sentido das palavras por sua adequação com os objetos a que

se referem, mas somente a partir da relação que os signos mantêm com os outros signos. Esse é o princípio do caráter diferencial do signo e o fundamento mesmo da noção de sistema da língua, conforme vimos no capítulo inicial deste trabalho. Então, Lacan adverte que esse debate filosófico da correspondência das palavras com as coisas retorna na noção de correspondência do significante ao significado, como se o significado ocupasse o lugar da coisa. Assim como as palavras corresponderiam às coisas para a teoria da correspondência, os significantes corresponderiam aos significados. Por isso, sustentando que não há correspondência biunívoca da palavra com a coisa, Lacan defende que a linguística moderna inaugurada por Saussure está presa à primazia do significante sobre o significado e à ideia de que entre esses dois elementos distintos há uma “barreira resistente à significação” (Lacan, 1957b, p.500).

É sob esta perspectiva que Lacan reformula o algoritmo de Saussure, a favor de Saussure, abandonando a indivisibilidade do signo e o primado do significado sobre o significante, a fim de salvaguardar o caráter diferencial que distingue a noção de sistema. A primazia do significante vem derrubar o último e único resquício de realismo filosófico que haveria em Saussure, no interior da noção de signo:

E fracassaremos em sustentar sua questão enquanto não nos tivermos livrado da ilusão de que o significante atende à função de representar o significado, ou, melhor dizendo: de que o significante tem que responder por sua existência a título de uma significação qualquer. (Lacan, 1957b, p.501)

É interessante notar que Lacan ressalta ainda que só podemos nos livrar dessas considerações filosóficas referentes à correspondência das palavras com as coisas se partirmos “do lugar de onde a linguagem nos interroga sobre sua natureza” (Lacan, 1957b, p.501). Ora, sabemos de onde Lacan parte: das manifestações do inconsciente, compreendidas a partir das leis estruturais da linguagem.

Lacan se situa, portanto, ao lado dos estruturalistas, pelo esforço em estender a noção saussuriana de sistema a todos os elementos da língua, através da valorização do caráter diferencial, segundo o qual os elementos não possuem definições positivas, independentes das relações que mantêm com os outros elementos. Não é a toa que *Instância da Letra* foi publicado também em uma

coletânea dedicada exclusivamente a textos teóricos sobre o estruturalismo¹, pois é quase uma ciência da letra que Lacan elabora, ou, nas palavras de Nancy e Lacoue-Labarthe (1991), “uma linguística sem teoria do signo”. Mesmo tendo transcorrido muitos anos de seu ensino, Lacan retorna a este tema, confirmando a leitura de Nancy e Lacoue-Labarthe: “Como indica o livrinho que fiz vocês lerem com o título de *Titre de La Lettre*, é bem de uma subordinação do signo para com o significante que se trata em tudo que adiantei” (Lacan, 1975, p.138).

Vimos, no capítulo inicial, que Jakobson foi o primeiro a extrair da noção de sistema a noção de estrutura, estendendo-a aos mínimos elementos da língua. Ele realizou esse objetivo ao elaborar sua fonologia. O fonema, mínima unidade da língua, desprovida de sentido e que contribui à significação, já é definido por traços distintivos. O caráter diferencial, restrito em Saussure à relação dos signos com outros signos, é estendido aos fonemas. Se em Saussure, o significante se reduzia a uma mera imagem acústica, inteiramente desprovida de sentido, ligada de forma indissolúvel, por um acordo convencional, ao significado; em Jakobson, podemos dizer que mesmo o significante (termo que será abandonado e substituído por fonema) é recortado por unidades diferenciais mínimas, os fonemas, que embora desprovidas de sentido, contribuem para a significação.

Por isso, para Lacan “(...) a estrutura do significante está, como se diz comumente da linguagem, em ele ser articulado” (Lacan, 1957b, p.504). É da noção de fonema que Lacan se serve para especificar as unidades da estrutura significante, pois esclarece que para serem concebidas como tal, precisam atender a duas condições: reduzirem-se a elementos diferenciais últimos e os comporem segundo as leis de uma ordem fechada, ou seja, leis de um sistema. Se a estrutura significante é definida como um sistema regido por leis que lhe são imanentes, cujas unidades são elementos diferenciais mínimos, esses elementos que compõem o significante são os fonemas:

Esses elementos, descoberta decisiva da linguística, são os *fonemas*, onde não se deve buscar nenhuma constância *fonética* na variabilidade modulatória em que se aplica esse termo, e sim o sistema sincrônico dos pareamentos diferenciais

¹ COELHO, E. P. (org). **Estruturalismo: antologia de textos teóricos**. Lisboa: Portugalia Editora, s/d.

necessários ao discernimento dos vocábulos numa dada língua. (Lacan, 1957b, p.504)

Lacan complementa essa observação, esclarecendo que, através da noção de fonema, um elemento da fala que é o discernimento das diversas palavras, depende dos elementos diferenciais que são os fonemas, que representam a estrutura localizada do significante, denominada por ele como “letra”. A letra é, portanto, uma parte do significante, ou ainda, um fonema.

A segunda condição que Lacan postula às unidades da estrutura significante é se comporem segundo as leis de uma ordem fechada, leis que constituem o léxico e a gramática. A noção de “cadeia significante”, cuja imagem evocada por Lacan é a de anéis em um colar que se fecha no anel de outro colar, vem ilustrar que “somente as correlações do significante com o significante fornecem o padrão de qualquer busca de significação” (Lacan, 1957b, p.505).

A célebre historinha dos irmãos viajando de trem ilustra que a significação advém da relação de um significante com outro, ao invés de vir de um significado que seria atrelado ao significante. A historinha contada é essa:

Um trem chega à estação. Numa cabine, um menino e uma menina, irmão e irmã, estão sentados um em frente ao outro, do lado em que a vidraça dando para o exterior descortina a visão das construções da plataforma ao longo da qual o trem parou: “Olha!, diz o irmão, chegamos a Mulheres”; “Imbecil!, responde a irmã, não está vendo que nós estamos em Homens?” (Lacan, 1957b, p.503)

Havia duas portas iguais, em cima das quais figurava em uma o significante “Homens”, em outra o significante “Mulheres”, designando cada um o sanitário para cada um dos sexos. Como os dois irmãos estavam em posições simétricas e opostas, cada um viu, através da janela, apenas uma das inscrições, donde deduziram que o significante designava o nome da cidade em que se situava a estação de trem. A história ilustra que a significação só pode ser depreendida da relação de um significante com outro. Como eles não viram as duas portas lado a lado, não entenderam que estavam diante de banheiros, pois seria preciso ver o significante “Homens” em relação ao significante “Mulheres”.

Poderíamos concluir disso que a noção saussuriana de “caráter diferencial” do signo linguístico, segundo a qual um signo somente adquire “valor” ou

“unidade de sentido” através da relação com outros signos, é deslocada por Lacan para o plano do significante. Assim como para Saussure os signos são puras diferenças, para Lacan são os significantes que são concebidos como puras diferenças. No entanto, há de se notar mais uma torção que Lacan opera na propriedade significante, indicando que a significação advinda é algo mais que a simples produção de sentido, pois é extrapolada para a posição do sujeito. É o que Lacan assinala, ao interpretar a historinha do trem:

A partir desse momento, Homens e Mulheres serão para essas crianças duas pátrias para as quais a alma de cada uma puxará sua brasa divergente, e a respeito das quais lhes será tanto mais impossível fazer um pacto quanto, sendo elas em verdade a mesma, nenhum deles poderia ceder da primazia de uma sem atentar contra a glória da outra. (Lacan, 1957b, p.504)

Nancy e Lacoue-Labarthe (1991) explicam esse ponto através da noção de “lei simbólica”, destacando que Lacan emprega o termo “simbolizar” para dizer que as duas portas iguais “simbolizam” um “imperativo”. Assinalam que “(...) em lugar do significado, introduz-se a *simbolização de uma lei*, que é uma lei de segregação sexual que Lacan indica bem como sendo praticamente universal – e comparável neste ponto às leis gerais da cultura” (Nancy & Labarthe, 1991, p.49). A oposição significante “Homens/Mulheres” não remete ao significado ou conceito de homem e mulher, mas à inscrição da lei simbólica como pura diferença.

Imediatamente somos remetidos à função simbólica abordada no capítulo anterior deste trabalho, quando, nos primeiros anos de seu ensino, vimos que Lacan atribuía à fala a função fundadora do símbolo. A recorrência frequente a Lévi-Strauss é, agora, elucidada pela leitura que Lacan faz da linguística estrutural, como testemunha o uso da noção de significante em lugar da noção de símbolo. A partir de *Instância da Letra* Lacan deixa claro que o simbólico funciona tal como a estrutura da linguagem concebida através do primado do significante. Antes que uma mudança de perspectiva, a passagem de *Função e Campo* para *Instância da Letra* se dá por uma leitura mais apurada da linguística estrutural, o que não quer dizer que todas as noções anteriores serão mantidas. A noção de “fala plena” como o que permitiria abolir o sintoma devolvendo a ele

seu significado recalcado não poderá mais ser sustentada, uma vez que a barreira de resistência à significação entre o significado e o significante passa a ser concebida como indissolúvel, sendo uma propriedade imanente à estrutura da linguagem.

Do primado do significante sobre o significado decorre que a significação advém da relação entre significantes, sem passar pelo significado. Além disso, “o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele sua dimensão” (Lacan, 1957b, p.502), conforme vimos, aliás, na experiência enigmática da psicose. Lacan dá como exemplo as frases interrompidas: “Eu nunca...”, “A verdade é que...”. Algo semelhante sentimos ao ouvirmos frases em que os significantes não estão claramente articulados para serem dotados de sentido, e a ausência da frase escrita torna ainda mais ambíguo o encadeamento da cadeia. Ainda assim somos levados a dotar a frase ouvida de significação. Quando ouvimos esse verso do Caetano², “sol, palavra, dança, nua”, não poderíamos chegar à sua significação como “só palavra dança nua”? Nela veríamos a confirmação da intuição freudiana acerca da perspicácia dos poetas nos assuntos do inconsciente, pois só a palavra, tal como o significante sem significado, dança nua na cadeia, podendo vestir os diversos sentidos que lhe serão conferidos conforme a articulação com as outras palavras. Essa propriedade do significante de evocar a significação é ainda usada pelos poetas para que um significante com determinado sentido na cadeia remeta ainda a outra significação. Por exemplo, nesse outro verso de Caetano: “Céu azul que vem até onde os pés tocam a terra e a terra inspira e exala seus azuis”³. Será que o poeta não queria sugerir ao significante “seus” a significação de “céus”, para reforçar a imagem da terra refletindo o azul do céu – o que é ainda destacado pela rítmica da música (pés/céus) e pelo sotaque baiano do autor, que tende a abrir o acento das vogais fechadas?

A autonomia significante acaba por dotar a cadeia de poder de significação. Por isso, Lacan conclui: “Donde se pode dizer que é na cadeia do significante que

² Cf. site do próprio Caetano Veloso, com letras revisadas por ele: <http://www.caetanoveloso.com/site/letras>. O verso mencionado foi extraído da música “Lindeza”.

³ Estes versos foram extraídos da música “Luz do sol”. Cf.: <http://www.caetanoveloso.com/site/letras>

o sentido *insiste*, mas que nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação de que ele é capaz nesse momento” (Lacan, 1957b, p.506).

Resta saber, então, como se dá a significação sem passar pelo significado, dependendo tão somente da relação entre significantes. Uma vez que a cadeia significante é concebida por Saussure conforme o princípio da linearidade do significante, segundo o qual os significantes vêm sempre um após o outro, Lacan se pergunta por que não haveria aí um deslizamento incessante do significado sob o significante. A linearidade da cadeia significante é considerada insuficiente por Lacan. Nancy e Labarthe (1991) resumem, a partir de *Subversão do sujeito*, a crítica que Lacan faz:

Entre os dois encadeamentos... o dos significantes em relação a tudo que há de significados ambulantes circulando – pois estão sempre a ponto de deslizar – a ação de afixar de que estou falando ou ainda, o ponto de basta é mítico, pois nunca alguém pode afixar uma significação a um significante; em compensação, porém, o que se pode é afixar um significante a um significante e ver o que isto faz. Neste caso, porém, produz-se sempre algo de novo...isto é, o surgimento de uma nova significação. (Lacan, 1960, *apud*, Nancy & Labarthe, 1991, p.63)

A noção de “ponto de basta”, noção propriamente lacaniana apresentada no *Seminário 3* sobre as psicoses, busca responder à questão. Como vimos no tópico anterior, é preciso que haja um significante especial que possa deter a cadeia. Se temos um significante S1, é preciso outro significante S2, a partir do qual o significante primeiro ganhará sentido retroativamente. Caso contrário, a linearidade da cadeia redundaria em um deslizamento infinito. É, aliás, o que Lacan (1955-56) diz ocorrer na psicose, devido à ausência de metáfora paterna, ou seja, ausência desse significante especial que estabeleceria alguma fixidez à metonímia da cadeia.

Tomando de empréstimo a Jakobson as noções de metonímia e de metáfora, formuladas no texto sobre os dois tipos de afasia, que vimos no capítulo primeiro, Lacan conclui que a cadeia significante é metonímica, ou seja, ela funciona através do eixo sintagmático da linguagem, por combinação. Como em uma sucessão, temos sempre um significante após o outro. Já a operação de metáfora, por se situar no eixo paradigmático da linguagem, possibilita a substituição de um significante por outro.

No *Seminário 3*, Lacan ainda emprega a noção de que o ponto de basta permitiria atrelar o significado ao significante, mas, com o primado agora concedido ao significante, podemos entender que se trata de afixar um significante a outro, para produzir significação. É interessante notar que no capítulo XXI desse *Seminário*, intitulado “Ponto de basta”, Lacan recorre à análise da tragédia *Atália* de Racine para nela destacar um único significante a partir do qual todos os outros significantes da peça vão ganhar sentido – seria esse o significante que permite o “ponto de basta”. Em suas palavras:

A frase só existe acabada, e seu sentido lhe vem só depois. É preciso que tenhamos chegado inteiramente ao fim, (...). Estamos aí na ordem dos significantes, e espero ter-lhes feito sentir o que é a continuidade do significante. Uma unidade significante supõe uma certa laçada enlaçada que situa os seus diferentes elementos. (Lacan, 1955-56, p.297)

O recurso à busca de um significante especial que ordena a peça *Atália* é importante de ser observado, porque no texto aqui abordado, *A Instância da Letra*, Lacan, logo após ter lamentado a insuficiência do princípio da linearidade do significante e remeter-se ao ponto de basta, lembra que Saussure, em seu trabalho sobre os anagramas, havia escutado na poesia a polifonia do discurso. Ora, os estudos sobre o anagrama parecem da mesma natureza do que Lacan fez com *Atália* para destacar o ponto de basta.

Segundo Gori (2004), nos estudos sobre anagrama, que não estão presentes no *Curso de Linguística Geral*, Saussure busca a “paráfrase fonética” de um nome ou palavra, cujas sílabas e palavras se apresentam dispersas no poema, organizando sua estrutura. Ele reconstrói, assim, o “tema”, “hipograma” ou “anagrama” que ordena o texto manifesto. Gori assinala ainda que seria mais justo utilizar a palavra “anafonia”, como o próprio Saussure chegou a indicar, pois a pesquisa de Saussure consiste em decodificar as combinações de fonemas, “pôr em evidência a ‘sequência vocálica’ constituída pelo poema a partir de uma única palavra, que se revela frequentemente um nome cujos elementos sonoros regulam implicitamente e de maneira exigente a estrutura dos versos” (Gori, 2004, p.88). O autor ressalta também que Saussure observou que a “lei do anagrama” não organiza apenas a cadeia significante dos versos, mas também a prosa. No entanto, Saussure recua diante da extrapolação para a prosa, por temer que a

leitura anafônica do texto pudesse resultar de uma construção arbitrária do leitor. Para Gori, Saussure teria hesitado diante da escuta analítica, que arrisca suspender os efeitos de significação das palavras, não para encontrar o que está sob o texto, como uma estrutura preexistente, mas para produzir a “assinatura do nome inconsciente do sujeito”, artificialmente construída pelo dispositivo da análise.

Esta observação de Gori (2004) é de suma importância para a discussão de nosso trabalho, pois, se a noção de ponto de basta traz a marca do sujeito do inconsciente - ou ainda, se a noção de anagrama encerra o lugar do sujeito pela eleição dessa palavra especial que é a sua assinatura inconsciente - teríamos que concordar com a crítica segundo a qual o estruturalismo em Lacan teria culminado na redução do sujeito à estrutura da língua. Mas não é isso que Gori destaca. Ao subordinar a gramática inconsciente, ordenada conforme a lei do anagrama, ao gesto da psicanálise, Gori demonstra que a lógica inconsciente a partir da qual surge o sujeito é produzida pelo contexto da análise, e, por isso, se aproximaria mais de uma pragmática do que de uma ontologia da linguagem. Conforme assinala Gori:

Essa lógica inconsciente não é dada *a priori* em uma exterioridade transcendental à escuta, o que condenaria os sujeitos a serem tão somente marionetes de um patrimônio fonemático ou silábico de um texto comparável a um código genético de significantes, historicamente determinados e fixados de uma vez por todas, e até mesmo transmissível de uma geração a outra, mas se revelaria como criada pelo trabalho psicanalítico, mais do que descoberta por ele. Essa lógica inconsciente, cujas anafonias recalçadas organizam tanto os relatos de sonhos como os sintomas e a transferência, seria construída ao longo das regras de uso da linguagem e da fala na prática psicanalítica. (Gori, 2004, p.91)

Podemos concluir, com isso, que a crítica de que a psicanálise teria executado a “morte do sujeito” se revela improcedente, uma vez que o que está em jogo não é uma teoria sobre o sujeito, que, por sua vez, o subordinaria à estrutura da linguagem. Ao contrário, a psicanálise utiliza uma teoria da linguagem para produzir um sujeito.

No entanto, nada disso é muito claro em *Instância da letra*, dado que o objetivo de Lacan neste texto era explicitar que o inconsciente é a estrutura da linguagem. Para sustentar o caráter pragmático da estrutura significante do

inconsciente, temos que nos remeter a *Função e Campo*, onde Lacan esclarece o motivo pelo qual não se deve negligenciar o âmbito da fala e da linguagem: “(...) a psicanálise dispõe de apenas um meio: a fala do paciente” (Lacan, 1953a, p.248). Acrescenta ainda que o cerne da função da fala em psicanálise é que não há fala sem resposta, sem ouvinte. O ouvinte de que se trata é o analista, o que quer dizer que não se trata de qualquer escuta, e sim daquela que se encarrega de ouvir a cadeia significante. De onde se conclui que é da escuta analítica que se parte para afirmar que o inconsciente tem a estrutura de uma linguagem.

Partindo do dispositivo clínico para investigar em que consiste tal estrutura, Lacan realmente instaura uma abordagem do sujeito que dá margem para pensá-lo como determinado pela estrutura significante, caso estejamos propensos a buscar na psicanálise uma “teoria” sobre o sujeito. Para tanto, *Instância da letra* fornece muitos subsídios, pois mesmo na formulação do “ponto de basta”, que é também o ponto onde aparece o sujeito, vemos que Lacan recorre exclusivamente ao âmbito da linguagem.

Que o *Curso de Linguística Geral* de Saussure se mostre insuficiente para fundamentar a noção de ponto de basta não impede que seja à estrutura significante, da maneira particular como Lacan a define, que se recorra. Aliás, a própria noção de anagrama vem dar prova disto. Como Arrivé (2001) notou muito bem, não há nada no *Curso de Linguística Geral* que fundamente a noção lacaniana de “ponto de basta”. De acordo com o autor, esse significante especial, responsável pelo “ponto de basta”, é concebido como o “significante da falta no Outro”, sendo o Outro concebido como o tesouro dos significantes.

Em outras palavras, significante da falta no Outro quer dizer significante como pura diferença. O Outro concebido como tesouro significante possuiria um significante especial, que permitiria aos outros significantes ganharem significação na cadeia significante. Seu caráter especial residiria em ser “pura diferença”, sem termo positivo algum, o que, aliás, caracteriza qualquer significante. Mas a distinção consiste em que os outros significantes podem ganhar alguma positividade, sempre provisória, ao se articularem com outros e ganharem alguma significação. Na historinha dos irmãos na estação de trem, “Homens” e “Mulheres” somente são combinados e ganham sentido a partir dessa combinação, porque um significante especial operou um “ponto de basta” na cadeia. Nessa ilustração, Lacan não nos oferece o significante em questão, mas,

no *Seminário 3*, ao abordar o caso Schreber, esse significante é isolado. É o significante “ser pai”, ou “procriação”. Para Lacan, a irrupção da psicose no caso Schreber teria ocorrido quando esse significante foi evocado e faltou. Como vimos no tópico anterior, a ausência desse significante especial que permite o “bastear da significação”, e conseqüentemente a construção do que Lacan denomina metáfora paterna, é o que caracteriza a psicose.

Já a definição desse significante primordial como significante da falta no Outro (que nós entendemos aqui como o significante que encarna a pura diferença que constitui a cadeia significante) é explicitada por Arrivé (2001) através do que Lacan formula em “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1960). Esse significante teria o privilégio de estar e não estar na bateria significante, ou seja, de estar e não estar no Outro, enquanto tesouro do significante, por isso representaria a falta no Outro - por ser um elemento “êxtimo” ao conjunto. Um conjunto que comporta um elemento que está e não está nele comporta uma falta. Nas palavras de Lacan:

Ora, estando a bateria dos significantes, tal como é, por isso mesmo completa, esse significante só pode ser um traço que se traça por seu círculo, sem poder ser incluído nele. Simbolizável pela inerência de um (-1) no conjunto dos significantes. (Lacan, 1960, p.833)

Paradoxalmente é esse elemento mesmo que permite a significação da cadeia, assim como o anagrama permite o poema, mas não está inteiramente em seus versos, neles aparece apenas de forma dispersa.

Lacan nos embaraça muitas vezes com a profusão de nomes que dá para as noções e ideias de sua obra, e com a imaginação fecunda expressa nos grafos, desafiando o leitor a vislumbrar neles algum esclarecimento. Em *Subversão do sujeito*, a noção de ponto de basta é retomada no que ele denomina “grafo do desejo”, a fim de salientar que se trata de pedir que o Outro responda em termos de pulsão. Pedir ao Outro o ponto de basta, dele demandar a significação que impediria o deslizar infinito da cadeia significante, seria o mesmo que perguntar “que quer de mim o Outro”. Pulsão e desejo são concebidos aqui em relação à estrutura significante que constitui o Outro, o que assinala a apropriação bem particular que Lacan faz do estruturalismo. Neste texto, a significação propiciada

pelo ponto de basta situa o sujeito diante da cadeia significante, ou ainda, lhe assegura seu lugar no desejo do Outro.

A definição do significante especial como significante da falta no Outro articula ao mesmo tempo a posição do sujeito implicada no ponto de basta, pois esse significante especial: “(...) será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito” (Lacan, 1960, p.833). Na historinha do trem, podemos dizer que o significante especial permitiu aos sujeitos não somente obter a significação de homens/mulheres, mas se posicionarem diante dessa oposição, por isso a ênfase de Lacan no caráter imperativo do significante, por ser ele uma lei simbólica, no sentido forte do termo. O que instaura essa lei simbólica, no sentido de ser ela uma fala fundadora, fundando os sujeitos por seu intermédio, tal como vimos no capítulo anterior, é justamente uma falta no Outro.

Essa é a novidade que a formulação do inconsciente como estrutura significante, aprofundada em *Instância da Letra*, traz para a noção de simbólico apresentada nos primeiros anos do ensino de Lacan. A noção de “fala plena” fica interdita, uma vez que a barreira entre significante e significado é indissolúvel. Mas a noção de fala fundadora permanece como lei simbólica, que agora é instaurada por uma falta no simbólico. O simbólico, concebido como o campo do Outro, tesouro do significante, passa a abarcar um significante especial que está e não está em seu conjunto. Essa incompletude do simbólico, assinalada pelo significante da falta no Outro, passa a ser justamente o que possibilita o aparecimento do sujeito: “Como tal, ele [o significante da falta no Outro] é impronunciável, porém não sua operação, pois ela é o que se produz toda vez que um nome próprio é pronunciado” (Lacan, 1960, p.833).

Com essa definição de Outro, podemos agora passar para questão colocada no início deste tópico: verificar se relação que a noção de letra mantém com o âmbito do discurso concreto permite conciliar a estrutura significante que caracteriza o inconsciente com a dimensão da fala enquanto endereçamento que visa reconhecimento.

Essa dimensão não é abandonada: “Se eu disse que o inconsciente é o discurso do Outro com maiúscula, foi para apontar o para-além em que se ata o reconhecimento do desejo ao desejo de reconhecimento” (Lacan, 1957b, p.528). Contudo, o acento deve ser colocado sobre o Outro com maiúscula, ou seja, o Outro como tesouro do significante, que não se confunde com o interlocutor ao

qual nos dirigimos na fala cotidiana. O endereçamento da fala se direciona agora à própria estrutura da linguagem. Tanto o sujeito quanto o interlocutor estão subordinados a ela. Nas palavras de Lacan:

O que essa estrutura da cadeia significa revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua me é comum com outros sujeitos, isto é, em que essa língua existe, de me servir dela para expressar *algo completamente diferente* do que ela diz. Função mais digna de ser enfatizada na fala que a de disfarçar o pensamento (quase sempre indefinível) do sujeito: a saber, a de indicar o lugar desse sujeito na busca da verdade. (Lacan, 1957b, p.508)

É a estrutura significante que determina o lugar do sujeito. Nancy e Lacoue-Labarthe (1991) destacam que a posição que a cadeia significante designa para o sujeito é situada por Lacan na noção de *shifter* de Jakobson, tal como vimos no capítulo primeiro. Isso explica também que o fenômeno da alucinação na psicose se caracterize pela impossibilidade de o sujeito ocupar o *shifter* “eu”. Faltaria justamente aquele significante especial através do qual o sujeito se situa diante da cadeia significante.

No entanto, convém assinalar que, se Jakobson avança em relação a Saussure ao inserir em sua teoria da linguagem o contexto da enunciação, sem o qual a noção de *shifter* não seria possível, por outro lado, a importação dessa noção para a psicanálise poderia ainda culminar na redução do sujeito à linguagem.

Certamente há uma distinção entre a linguagem concebida como estrutura significante e a dimensão do discurso concreto, à qual Lacan atrela o sujeito: “Também o sujeito, se pode parecer servo da linguagem, o é ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio” (Lacan, 1957b, p.498). A noção de nome próprio remete à noção austiniana de um ato performativo, apresentada no capítulo inicial. Além de não designar um objeto geral, o nome próprio resulta de um ato de nomeação específico, autenticado institucionalmente por meio de certidões de nascimento. Através desse ato performativo, uma criança se insere em uma comunidade social. Mas o nome próprio parece ser mais que isso. É também, tal como um anagrama, a assinatura inconsciente do sujeito, portanto, desempenha a função de um significante especial, de um traço unário.

Ao indicar uma articulação do nome próprio com o âmbito do discurso, para afirmar que o sujeito não é subordinado apenas à ordem significante, Lacan parece referir-se à noção de simbólico de Lévi-Strauss, que, certamente possui alcance social, mas ainda assim é concebido a partir da estrutura significante.

Nancy e Lacoue-Labarthe (1991) destacam que o âmbito do discurso evocado por Lacan, ainda que se refira a uma “realidade transindividual”, não diz respeito à experiência particular dos sujeitos em um contexto histórico atual, mas às estruturas elementares da cultura, tal como conceituadas por Lévi-Strauss. Realmente, o próprio Lacan (1957b) esclarece que a realidade social humana, em sua oposição à natureza, se caracteriza tão somente por ser uma cultura, reduzida às leis estruturais da linguagem.

Veremos no capítulo seguinte que a constituição do sujeito pela linguagem sofre uma inflexão diferente com a formulação da noção de *objeto a*. Maior autonomia será concedida ao sujeito, não porque este deixará de ser pensado a partir da linguagem, mas porque a própria noção de linguagem será ampliada. O que acarretará também um alcance maior para a dimensão do discurso como uma prática social que envolve os sujeitos nela implicados.